

HABEAS CORPUS Nº 493.624 - SP (2019/0044015-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUIZ ANTONIO FELIPE FRANCHITO - SP0308521
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO DOS SANTOS SILVA (PRESO)

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão trazida, de aguardar em liberdade ou em regime semiaberto o julgamento do *writ*, em que se requer a redução da pena pela aplicação do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, a fixação de regime inicial diverso do fechado e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos exige análise aprofundada, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator